Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS/ECOLÓGICOS EM DESTAQUE NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: representações e contradições

Iago Gabriel Araújo Santos
iagoibg@hotmail.com

Licenciando em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), bolsista FAPESB de Iniciação Científica.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0181-6848

Glauber Barros Alves Costa
glauberbarros@hotmail.com

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), professor assistente e coordenador do Programa de Mestrado em Ensino da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4368-2964

Fabíola Lima Castro
facastropedagoga@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8292-6429

RESUMO

Neste artigo discute-se a desproporcionalidade em termos quantitativos e qualitativos das representações dos movimentos ambientalistas em comparação aos demais movimentos socioespaciais em uma coleção didática para o Ensino Médio. O trabalho é parte constante do subprojeto "O livro didático de Geografia e as representações dos movimentos sociais", que integra uma pesquisa do Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) denominada "Políticas Públicas: as políticas públicas educacionais e suas representações e materializações na escola básica". A coleção pesquisada foi submetida à análise de conteúdo e nela observou-se que os movimentos ambientalistas foram majoritariamente representados em detrimento dos demais movimentos abordados, sendo que, alguns destes são muito caros à Geografia pelos temas que tratam, como os movimentos sociais no campo, os movimentos sociais por moradia e o movimento dos atingidos por barragens. Ao compará-los, percebe-se a discrepância que houve na representação entre estes e os movimentos ambientalistas, o nível de aprofundamento nas discussões e a distribuição pela coleção evidencia uma condição de sub-representação dos movimentos socioterritoriais e um destaque aos movimentos ambientalistas/ecológicos, sobretudo, os estrangeiros. Alguns condicionantes podem explicar essa disparidade, como o fato de que a determinação do que é veiculado nos materiais didáticos parte de esferas outras que não aquelas representadas por tais movimentos.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos socioespaciais, Movimentos ambientalistas, Livro didático de Geografia.

ENVIRONMENTAL/ECOLOGICAL MOVEMENTS FEATURED IN THE GEOGRAPHY TEXTBOOK: representations and contradictions

ABSTRACT

This research discusses the disproportionality in quantitative and qualitative terms of the representations of environmental movements compared to other socio-spatial movements in a textbook collection for high school. This paper is a part of the subproject "The Geography textbook and the representations os social movements" this research is a part the big research by the scientific Initiation Program of the Universidade do Estado da Bahia (UNEB) called "Public Policies: public educational policies and their representations and materializations in basic schools". The researched textbook collection was subjected to content analysis and it was observed that the environmental movements were mostly represented at the expense of the other movements addressed, and some of these are very important to Geography because of the themes they deal with, such as social movements in the countryside, the social movements for housing and the movement of those affected by dams. When comparing them, one can see the discrepancy in the representation between these and the environmental movements, the level of depth in the discussions and distribution across the collection shows a condition of under-representation of socio-territorial movements and an emphasis on environmental/ecological movements , above all, foreigners. Some conditions may explain this disparity, such as the fact that the some representations in the teaching materials comes from outside the Geography curriculum.

KEYWORDS

Socio-spatial movements, Environmental movements, Geography textbook.

Para início de conversa

O presente trabalho tem por objetivo discutir a discrepância de representações de alguns dos movimentos sociais que aparecem nos livros didáticos de Geografia, mais especificamente na coleção #Contato Geografia do Ensino Médio, de Martinez e Garcia (2016), da Editora Quinteto. De modo mais específico, as reflexões que aqui são expostas surgiram quando percebeu-se que os movimentos ambientalistas/ecológicos ganharam mais destaque na coleção, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, em relação aos demais.

Para se realizar uma comparação e pela importância que possuem para a sociedade brasileira e o ensino de Geografia, foram selecionados três movimentos sociais que apareceram na coleção e que foram investigados neste estudo, a saber: o movimento socioterritorial no campo, o movimento socioterritorial por moradia e o movimento dos atingidos por barragens.

Com relação ao método de análise dos três volumes da coleção, escolheu-se a análise de conteúdo que, de acordo com Franco (2005), consiste em interpretar o conteúdo manifesto das mensagens nos enunciados dos discursos e das informações. Ainda segundo Franco, uma das principais finalidades da Análise de Conteúdo é a produção de inferência, ou seja, deduzir, "(de maneira lógica) conhecimentos que extrapolem o conteúdo manifesto nas mensagens e que podem estar associados a outros elementos" (FRANCO, 2005, p. 25). Dessa forma, a inferência é fator necessário à interpretação da mensagem na análise pretendida.

A fim de se proceder à análise da representação dos movimentos sociais foi utilizada a palavra como unidade de registro, que tanto pode ser uma simples palavra, como também pode ser um termo. Neste caso, as unidades de registro deste estudo foram os termos relacionados aos movimentos socioespaciais presentes na coleção.

Para que se pudessem realizar as inferências a respeito das unidades de registro, foram analisados, como unidades de contexto, os parágrafos, seções e capítulos, os quais descreviam as circunstâncias em que os movimentos sociais foram apresentados/discutidos. As unidades de contexto são "o pano de fundo que imprime significado às Unidades de Análise" (FRANCO, 2005, p. 43). Estas são utilizadas principalmente para que se possa discernir os sentidos e os significados que as unidades de registro podem assumir numa mensagem (FRANCO, 2005).

A partir da análise foi possível perceber a considerável prevalência dos movimentos ambientalistas sobre os demais movimentos, surgindo a necessidade de se indagar o porquê desta predominância. Sabe-se da importância nacional e internacional dos grupos que lutam pela preservação ambiental e do quanto seja necessário abordá-los na educação, entendendo-se que a exploração descontrolada e o descuido com o meio ambiente são condenados por alguns setores da sociedade que reivindicam um desenvolvimento sustentável. Todavia, no contexto brasileiro, há outros movimentos, como citado anteriormente, que possuem grande relevância para o debate nacional por causa de suas demandas – algumas delas históricas – que são pautadas em necessidades de grande parcela da população.

Para a fundamentação das discussões realizadas neste estudo, recorre-se ao trabalho de autores que tecem discussões importantes a respeito dos diversos movimentos sociais e de algumas de suas pautas, como Fernandes (2012), Suave; Faermann e Dos Santos (2021), Lima, Rodrigues e Santos (2019). Também recorre-se a Choppin (2008) e Vitiello e Cacete (2017), que têm trabalhos importantes voltados à temática do livro didático.

Movimentos Socioespaciais no livro didático de Geografia

Antes de qualquer aprofundamento discursivo, é importante defender o conceito de movimento socioespacial escolhido para classificar as organizações citadas posteriormente. Basicamente, é preciso compreender que movimento social e movimento socioespacial não são termos conflitantes.

> Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem "um e outro". Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2012, p. 31).

Com isso em evidência é que se defende a utilização do termo movimento socioespacial como classificação para as categorias estudadas, que são as seguintes: movimentos ambientalistas/ecológicos, movimentos socioterritoriais no campo, movimentos socioterritoriais por moradia e movimentos dos atingidos pelas barragens. Essa escolha foi baseada pela sua relação com a Geografia, ciência que rege o pensamento dos autores do presente artigo e é o cerne do livro didático analisado.

Como se percebe acima, existem dois tipos de classificação a partir da perspectiva geográfica: movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. No entanto, o primeiro pode ser considerado como uma subclassificação do segundo, pois "todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço" (LEFEBVRE, 1991. *apud*. FERNANDES, 2012, p. 30-31). O que os difere, segundo Fernandes (2012) é o fato de que, para os movimentos socioterritoriais, o território é fator central para sua existência; nele se criam relações sociais a fim de se cuidar diretamente de suas demandas e construírem seus próprios espaços e territórios, enquanto os movimentos socioespaciais, "não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território [...] são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam" (FERNANDES, 2012, p. 31).

Como exemplo destes movimentos, o autor cita as organizações não governamentais (ONGs), afirmando que "só podem se constituir como movimentos socioespaciais, uma vez que não possuem um território definido" (FERNANDES, 2012, p. 31). Em resumo, para além da criação ou não de territórios ou se estão ou não

condicionados a eles, o que pode contribuir para a diferenciação de um movimento socioespacial e de um movimento socioterritorial é que, geralmente, aqueles são agências de mediação, enquanto estes defendem seus próprios interesses.

Com relação aos movimentos socioespaciais, é preciso levar em consideração que eles possuem diferentes escalas, tal como os movimentos socioterritoriais. Fernandes (2012) ajuda a compreender estes aspectos quando salienta que:

> Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global do [sic] é o Greenpeace. Um exemplo de movimentos socioespacial em escala local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais, como energia elétrica, asfalto, escolas, etc. (FERNANDES, 2012, p. 32).

O *Greenpeace*[1], por exemplo, é uma organização ambientalista citada no livro didático pesquisado e exerce muita influência nas discussões sobre o meio ambiente; aliás, dentre todos os movimentos socioespaciais que são encontrados na coleção, os movimentos ambientalistas são os que mais vezes foram mencionados. Todavia, outros que também possuem importância central para a Geografia foram subrepresentados. Os movimentos socioterritoriais do campo, por moradia e dos atingidos por barragens, que são alguns dos que têm estreita relação com temas da Geografia – como reforma agrária, reforma urbana e meio ambiente – foram marginalizados e abordados de maneira rasa nos livros didáticos analisados se comparados com os movimentos ambientalistas, como pode ser observado na Figura 1.

[1] O Greenpeace é uma organização internacional sem fins lucrativos e financiada por seus apoiadores, criada em 1971, em Vancouver no Canadá.

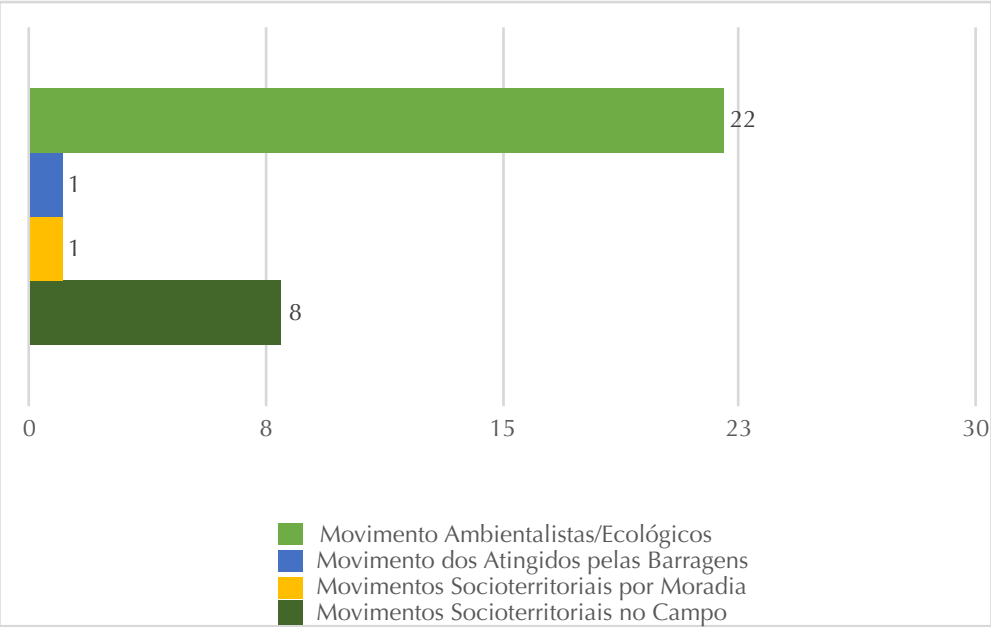


Figura 1: Quantidade de vezes em que os Movimentos Socioespaciais são mencionados na coleção analisada em 2021
Fonte: Base de dados da Pesquisa de Iniciação Científica (UNEB)
Org.: Autores, 2021.

O gráfico mostra a quantidade de vezes em que cada uma das categorias estudadas para este artigo foi citada em toda a coleção #Contato Geografia, de Martinez e Garcia (2016). Pode-se perceber que, do total de 32 menções aos movimentos sociais, oito se referem aos Movimentos Socioterritoriais no Campo, uma se refere aos Movimentos Socioterritoriais por Moradia, uma se refere aos Movimentos Socioterritoriais dos Atingidos pelas Barragens e vinte e duas se referem aos Movimentos Ambientalistas/Ecológicos. Tais categorias foram selecionadas devido às suas proximidades com conteúdos da Geografia, como mencionado anteriormente, sendo preciso salientar, no entanto, que não foram as únicas encontradas nos livros didáticos.

Ao se atentar às informações trazidas, percebe-se o fato de que os movimentos socioterritoriais por moradia e os dos atingidos por barragens apareceram uma única vez em toda coleção. Ambos foram encontrados em questões retiradas de vestibular, no final de seus respectivos capítulos que, por sua vez, tratavam de conteúdos relacionados a eles. Isso é pouco, tendo em conta dois aspectos: primeiro, a relevância dos debates que geram na sociedade, sobretudo na área da Geografia, e segundo, que nos capítulos em que são mencionados são oferecidas diversas oportunidades para que fossem mais bem desenvolvidos.

Dentre todos os movimentos apresentados na Figura 1, os movimentos ambientalistas/ecológicos são os únicos que aparecem nos três volumes da coleção. Este dado por si só já evidencia que houve uma priorização na abordagem de tais movimentos e das questões ambientais por parte dos autores. Realizar um aprofundamento nas discussões sobre tais movimentos não é problema, levando em consideração a pertinência deste tema para a Geografia e a educação contemporânea, sobretudo quando se põe em perspectiva os desastres ambientais ocorridos nos últimos anos no Brasil, como os desmatamentos e queimadas na Amazônia, o vazamento de óleo no litoral nordestino, as tragédias de Mariana e Brumadinho (BAHIA; RIBEIRO, 2020), dentre outras situações que tornam relevantes as discussões envolvendo a defesa do meio ambiente. Entretanto, subrepresentar os demais movimentos em comparação a eles é algo a se repensar.

Nota-se também que uma maior presença dos movimentos ambientalistas no livro didático reflete a presença de uma Geografia preocupada com as questões naturais ou ambientais, e o silenciamento da Geografia Agrária ou Urbana por exemplo.

Com os dados do gráfico em perspectiva urgem alguns questionamentos: por que os movimentos ambientalistas ganham mais destaque no referido livro didático em relação a outros que também têm muita relevância para a Geografia, como é o caso dos movimentos socioterritoriais no campo? Levando-se em consideração a realidade brasileira, em que a luta pela terra e pela moradia tem muita força e que recentemente se acirraram os debates acerca dos movimentos dos atingidos por barragens, derivados, sobretudo, dos acidentes nos municípios de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais, questiona-se também o porquê de tais movimentos serem minimizados. Por que não lhes dar mais espaço? O que está em jogo quando tais movimentos são menosprezados e os ambientalistas são ressaltados?

Aqui são realizadas algumas reflexões que podem ajudar a responder tais questionamentos. É possível perceber que o silenciamento de movimentos sociais populares pode estar relacionado diretamente a questões de controle do currículo na medida em que os agentes responsáveis pela produção e reprodução do discurso pedagógico – Estado, mercado editorial, autores de livros – influenciam diretamente na escolha de conteúdos e informações a serem transmitidos pela escola (VITIELLO; CACETE, 2017).

Sendo assim, considerando que em boa parte dos lares brasileiros o livro didático é, ainda, a principal fonte de formação do alunado e que este recurso influencia consideravelmente a formação crítica e ética das consciências, não é à toa que haja

opção em dar visibilidade a determinados movimentos em detrimento de outros. Uma justificativa possível pode residir na ideia de que os movimentos socioterritoriais são compostos em sua maioria por populações da classe baixa, grupos marginalizados que não têm grande poder de mobilização política.

Para Choppin (2008, p. 12), "a literatura escolar constitui em todos os países um objeto de disputa real como simbólico". Isto leva a crer que o livro didático, enquanto veículo de (in)formação é um instrumento de poder para as esferas responsáveis pela educação e, também, leva a crer que as escolhas que nele são feitas – mostrar ou ocultar – têm em sua raiz motivações de ordem política e /ou ideológica. Pois:

> O livro didático não é meramente um instrumento portador de conhecimentos; é, antes de tudo, um instrumento difusor de ideologias, estando, na atual sociedade capitalista estreitamente ligado à relação de poder. Nesta relação, o livro didático não apresenta neutralidade, pois tanto autores quanto editoras, agentes responsáveis por sua concepção e produção, transportam para as páginas dos livros tudo aquilo que compreendem que deva ser disseminado. (CASTRO, GUIMARÃES e COSTA, 2022, p. 166)

Além dos movimentos ambientalistas/ecológicos, os movimentos socioterritoriais no campo são citados mais de uma vez na coleção analisada, aparecendo apenas os de luta pela terra e, majoritariamente, no capítulo que trata do espaço agrário brasileiro (Unidade 10), no volume 2 da coleção. Pode-se inferir que isso ocorre devido à própria realidade de concentração fundiária no Brasil e pelo fato de haver diversos movimentos, entre alguns dos mais conhecidos do país, que lutam por uma distribuição mais justa da terra, ou seja, pela reforma agrária.

É de fundamental importância enfatizar que os autores da coleção tratam tais movimentos de forma respeitosa, não utilizando expressões pejorativas ou marginalizantes quando a estes se referem. Dois exemplos claros que demonstram como os autores lidaram com os movimentos socioterritoriais no campo estão nos trechos em que dissertam sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Uma das vezes é a seguinte:

> Engajados em **movimentos sociais** organizados, a exemplo do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, milhares de famílias continuam lutando por uma distribuição mais justa das terras e pelos inúmeros benefícios que uma reforma agrária pode promover, entre eles: a diminuição das tensões no campo; aumento da produção de alimentos em pequenas e médias propriedades, bem como a diminuição dos seus preços pelo aumento da oferta; a geração de mais empregos no campo e fixação de um número maior de pessoas no meio rural (MARTINEZ; GARCIA, 2016a, p. 257, grifos nossos).

Além disso, no parágrafo posterior ao citado acima, os autores defendem a reforma agrária destacando que, sem ela, o campo brasileiro, dentre outras situações, continuará caracterizado "pelo aumento do número de famílias que vivem em acampamentos à beira de estradas ou **terras ocupadas**, na sua luta por um pedaço de terra" (MARTINEZ; GARCIA, 2016a, p. 257, grifos nossos).

Em ambos os trechos se percebe a valorização e menções positivas à luta pela terra no Brasil. Na primeira citação, observa-se que os autores enfatizam que as famílias envolvidas nos movimentos sociais lutam por justiça e benefícios. Dessa forma, eles associam o MST, único exemplo de movimento socioterritorial citado na coleção, à noção de promotores de equidade, de dignidade e de melhorias nas relações no campo, na produção de alimentos e na sua comercialização. Fica evidente que Martinez e Garcia (2016) reconhecem a importância dessa luta para o Brasil, sobretudo para a população mais vulnerável do país, ao contrário de parte da classe política brasileira que visa criminalizar e pôr todo tipo de barreiras às ações dos movimentos que lutam pela terra (SUAVE; FAERMANN; DOS SANTOS, 2021).

Novamente, esse posicionamento respeitoso pôde ser observado quando, ao apontarem a importância da reforma agrária para o país, os autores enfatizam que sem ela o campo brasileiro continuará a presenciar o aumento de terras ocupadas, isto é, mais pessoas na condição de sem-terra. Aqui destaca-se a palavra **ocupadas**, pois uma das ações típicas desse tipo de movimento socioterritorial é a ocupação de terras, atividade pejorativamente chamada de **invasão** pelos desafetos dessa luta. Sendo assim, quando Martinez e Garcia (2016a) utilizam tal termo, eles se posicionam de maneira respeitosa em relação a essa tática, rompendo com classificações preconceituosas que só contribuem para empobrecer o debate e estigmatizar os movimentos de luta pela terra.

Tal posicionamento se faz relevante, pois, como aponta Fernandes (2012, p. 32), "muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios". Desta forma, a sociedade capitalista exclui famílias do direito à terra e estas, ao lutarem para que haja uma eficiente reforma agrária no país, são tratadas como vilãs por certos setores da sociedade, inclusive por alguns agentes do Estado que contribuíram e continuam contribuindo para que elas estejam nessas condições ao dificultar suas reivindicações e lutas (SUAVE; FAERMANN; DOS SANTOS, 2021). Diante disso, o fato de respeitar o polo mais frágil da luta já é motivo para o reconhecimento da postura

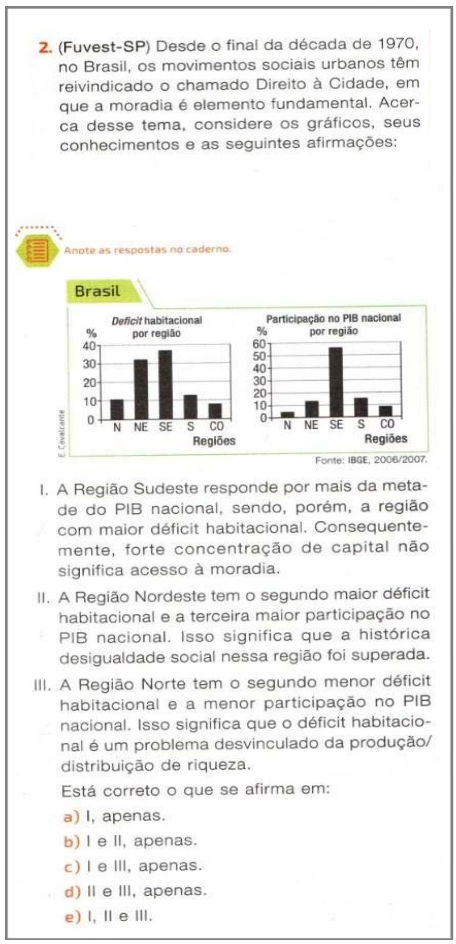
positiva dos autores da coleção que não se deixaram levar pelo "discurso fácil" da classe dominante.

Apesar dessa importante contribuição para o debate envolvendo a luta pela terra, os autores pouco citam os movimentos socioterritoriais por moradia e os movimentos dos atingidos por barragens. Ambos são mencionados somente uma vez, no fim de seus respectivos capítulos, no tópico denominado **Questões do Enem e Vestibular.** Este aspecto demonstra que Martinez e Garcia (2016) menosprezaram as discussões a respeito destes movimentos, sobretudo se for levado em consideração que não foram os autores que elaboraram a questão, apesar de as terem selecionado.

A participação destes movimentos na coleção é ínfima, ainda mais quando se pensa que são dois dos movimentos que mais geram assunto atualmente. Por exemplo, quando se fala de movimentos socioterritoriais por moradia, é difícil não realizar uma associação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), muito influente no que tange às questões de habitação no país e que recentemente teve seu coordenador, Guilherme Boulos, como candidato a Presidência da República. Este exemplo mostra a força política de tal movimento e a explicação para isso pode vir da própria realidade dos problemas habitacionais nacionais que, por sua vez, são apontados na coleção pesquisada.

Diante disso, pensa-se ser insuficiente a contribuição dos autores quanto a este debate, pois citar os problemas habitacionais do país e não dedicar alguns parágrafos à luta dos movimentos por moradia é deixar de mencionar uma das partes mais importantes da discussão: as pessoas desabrigadas ou que vivem sob péssimas condições estruturais e as suas demandas.

O trecho do livro que menciona tal movimento encontra-se no tópico **Questões do Enem e Vestibular,** da Unidade 8 – A urbanização brasileira e seus problemas – do volume 2 da coleção, mais especificamente no enunciado da questão 2, descrito a seguir: "**(Fuvest-SP)** Desde o final da década de 1970, no Brasil, os **movimentos sociais urbanos** têm reivindicado o chamado Direito à Cidade, em que a moradia é elemento fundamental" (MARTINEZ; GARCIA, 2016a, p. 212, grifos nossos). A Figura 2 traz o recorte da referida questão.



2. (Fuvest-SP) Desde o final da década de 1970, no Brasil, os movimentos sociais urbanos têm reivindicado o chamado Direito à Cidade, em que a moradia é elemento fundamental. Acerca desse tema, considere os gráficos, seus conhecimentos e as seguintes afirmações:

Anote as respostas no caderno.

Brasil

Déficit habitacional por região

Participação no PIB nacional por região

Fonte: IBGE, 2006/2007.

I. A Região Sudeste responde por mais da metade do PIB nacional, sendo, porém, a região com maior déficit habitacional. Consequentemente, forte concentração de capital não significa acesso à moradia.

II. A Região Nordeste tem o segundo maior déficit habitacional e a terceira maior participação no PIB nacional. Isso significa que a histórica desigualdade social nessa região foi superada.

III. A Região Norte tem o segundo menor déficit habitacional e a menor participação no PIB nacional. Isso significa que o déficit habitacional é um problema desvinculado da produção/distribuição de riqueza.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.
b) I e II, apenas.
c) I e III, apenas.
d) II e III, apenas.
e) I, II e III.

Figura 2: Página da seção Questões do Enem e Vestibular da Unidade 8, Volume 2 da coleção #Contato Geografia
Fonte: MARTINEZ; GARCIA, 2016a, p. 212.

O que se percebe nesta questão é que os movimentos sociais estão na centralidade do seu enunciado. No entanto, suas alternativas se referem apenas aos dados do gráfico apresentado logo abaixo e que faz uma comparação entre o Produto Interno Bruto (PIB) das regiões do país e os *déficits* habitacionais por região. Isto é, apesar de mencionar os movimentos sociais urbanos (termo bastante generalista), a questão utiliza a informação apenas para apontar que existe uma reivindicação histórica por moradia no país. Dessa forma, dão-se as condições para que se considere que os movimentos socioterritoriais por moradia foram ignorados nas discussões da coleção, pois a única vez que são citados, além de serem marginalizados no capítulo, não possuem nenhuma pertinência para a questão em que aparecem.

Situação semelhante acontece com os movimentos dos atingidos pelas barragens que aparecem numa das alternativas de uma questão que tem como foco as usinas hidrelétricas; ou seja, o movimento não é o cerne, ele é apenas mencionado como

consequência da construção das usinas hidrelétricas. Pode-se localizá-lo no volume 2 da coleção, mais especificamente no capítulo 3, que aborda as fontes de energia, o que leva a inferir que havia a possibilidade de tratá-lo com mais detalhes em alguns parágrafos do capítulo, sobretudo no tópico que aborda as hidrelétricas. Na referida citação pode-se ler: "III. As incertezas sobre os impactos ambientais com a construção de usinas hidrelétricas trouxeram, por desdobramento, a formação de **movimentos dos atingidos pelas barragens**" (MARTINEZ; GARCIA, 2016a, p. 85, grifos nossos).

Recentemente, estes movimentos ganharam notoriedade devido ao impacto que os rompimentos das barragens de rejeito das cidades mineiras, Mariana e Brumadinho, provocaram na vida dos moradores locais e ao meio ambiente (LIMA; RODRIGUES; SANTOS, 2019). Sendo assim, é importante que os movimentos dos atingidos por barragens ganhem maior destaque pela função que têm de cobrar as mineradoras para que respeitem os direitos das populações locais e o meio ambiente, por denunciarem casos como os das cidades mineiras e por exigirem justiça e uma resposta efetiva aos problemas provocados pelos desastres.

É necessário esclarecer que as ações destes movimentos não se limitam a barragens de rejeitos; a atuação deles também é voltada para outros tipos de barragens – como as hidrelétricas – a exemplo do que evidencia o próprio trecho do livro didático. Por isso, defende-se que caberia ceder mais espaço no capítulo para apontar a pertinência de suas lutas, salientando de modo mais consistente como as barragens impactam as localidades em que são instaladas. Esta situação foi mencionada pelos autores, quando escrevem:

> Ainda que sejam fontes de energia limpa e renovável, as hidrelétricas também ocasionam impactos, tanto ambientais quanto sociais. A formação do lago artificial das usinas pode encobrir extensas áreas que abrigam fauna e flora variadas, terras férteis e agricultáveis, assim como causar a remoção de famílias e suas propriedades (MARTINEZ; GARCIA, 2016a, p. 67).

Todavia, apesar de gerar reflexão acerca da interferência das hidrelétricas na vida dos moradores das localidades em que são instaladas e no meio ambiente, este trecho evidencia o silenciamento da luta dos movimentos socioterritoriais, pois não os menciona e nem aprofunda a discussão acerca dos impactos provocados pela construção das barragens.

Tendo estas informações em foco, podemos inferir que foram insuficientes as discussões realizadas pelos autores a respeito desses dois movimentos, ambos

marginalizados e praticamente omitidos, pelo menos sob o ponto de vista da discussão a respeito de suas atividades e contribuições na transformação do espaço brasileiro.

Diferentemente desta situação, percebe-se que os movimentos ambientalistas/ecológicos ganharam maior espaço e estavam presentes em vários debates promovidos pela coleção analisada, especialmente nas reflexões feitas no capítulo 9 **– Natureza, sociedade e meio ambiente**, nos tópicos **O despertar da consciência ecológica** e **O desenvolvimento sustentável**, do volume 3. Desta forma, demonstrando que tanto em termos quantitativos, como se percebe na Figura 1, quanto em qualitativos, tais movimentos foram mais desenvolvidos por Martinez e Garcia (2016b), como será observado a seguir.

É possível perceber que o presente trabalho analisou conjuntamente os movimentos ambientalistas e os movimentos ecológicos. Isso se deu pelo fato de possuírem princípios semelhantes como denota Tres (2006). Além disso, como já observado, estes são classificados como movimentos socioespaciais a partir da perspectiva de Fernandes (2012), fazendo com que se enquadrassem na proposta deste artigo. Contudo, antes de se avançar na discussão, considera-se necessários defini-los e para isso adota-se o seguinte conceito:

> [...] movimentos ambientalistas e movimentos ecológicos, que se caracterizam como movimento social de manifestação contínua em defesa da natureza e dos seres humanos. Destacam-se por seus atos constantes em defesa da vida, num princípio de resistência contra a exploração desenfreada de recursos naturais e contra um processo de dominação e de desumanização da humanidade (TRES, 2006, p. 68).

Sabe-se que esses movimentos possuem semelhanças, destacadas no conceito acima, o que permite trabalhá-los conjuntamente; no entanto, há diferenças que precisam ser demarcadas para que se entenda o porquê de duas denominações. Sendo assim, adota-se o que Tres (2006) traz a respeito de educação ambiental e educação ecológica, conceitos que ele utiliza como base para essa discussão:

> Percebe-se que a educação ambiental se diferencia da educação ecológica, a qual se detém mais aos fatores ecológicos em si mesmos. Não se quer desprezar isto, pelo contrário, os princípios ecológicos estão impregnados em toda esta discussão e devem ser inteiramente considerados. O que se quer dizer é que a educação ambiental é mais abrangente, pois, além de considerar os princípios ecológicos, está envolvida na crítica permanente da sociedade, transformando-se numa educação política que se torna instrumento de luta coletiva pelos direitos de cidadania, de bem-estar e de equilíbrio planetário baseado nos princípios da sustentabilidade. É por isso que, atualmente, para se tratar das questões ambientais, está se difundindo mais a denominação de educação ambiental e de movimento ambientalista (TRES, 2006, p. 73-74).

Ou seja, a diferença de denominação se dá pelo fato de que, enquanto os movimentos ecológicos se atêm mais às discussões acerca da ecologia, dos seus problemas em si mesmos, os movimentos ambientalistas avançam no debate e envolve questões como justiça social, cidadania, isto é, alia-se a questão ecológica, ambiental à questões sociais. Sabendo essas noções, parte-se para as reflexões do que se foi observado na coleção analisada.

Como aconteceu com os movimentos socioterritoriais no campo, os movimentos ambientalistas são citados majoritariamente em um capítulo, mais especificamente na unidade 9 do volume 3, como apontado anteriormente. Distintamente dos demais movimentos, os ambientalistas estão na centralidade de um tópico desse capítulo, denominado **O despertar da consciência ecológica**.

Para se ter uma ideia, das vinte e duas vezes em que eles são citados na coleção, pelo menos dezenove são neste capítulo e destas, seis neste tópico em específico. Ou seja, apesar das menções a tais movimentos estarem distribuídas pela coleção, há uma concentração na unidade 9 deste volume, onde estão as mais importantes para a discussão e a compreensão dos movimentos ecológicos, tal noção é ilustrada na **Tabela 01**. Percebe-se que o segundo movimento com maior número de menções – os movimentos socioterritoriais no campo, com oito citações – tem menos da metade das menções em comparação aos ambientalistas, denotando, relativamente, pouca expressividade na coleção.

Volume	Capítulo (Unidade)	Tópico	Quantidade de Citações
1	Unidade 10 - As grandes paisagens naturais da Terra	Geografia, ciência e cultura – Problemas ambientais em charges	1
2	Unidade 3 – Fontes de Energia	Energia Nuclear	1
		Questões do Enem e Vestibular	1
3	Unidade 9 – Natureza, sociedade e meio ambiente	O despertar da consciência ecológica	6
		1992 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Brasil)	1
		O desenvolvimento sustentável	4
		Atividades – Sistematizando o conhecimento	1
		Geografia, ciência e cultura – A consciência ecológica e os movimentos ambientalistas	2
		Questões do Enem e Vestibular	5

Tabela 01: Distribuição dos Movimentos Ambientalistas e Ecológicos na Coleção #Contato Geografia (2016)
Org.: Autores, 2021.

As citações referentes aos movimentos ambientalistas são de modo geral positivas, salientando a importância que eles possuem para a sociedade e, especialmente, para a natureza. Por exemplo, no tópico **O despertar da consciência ecológica**, do capítulo 9, é apontado que:

> A preocupação com o agravamento dos problemas ambientais levou, a partir das décadas de 1960 e 1970, ao surgimento de **movimentos ambientalistas** organizados pela sociedade civil como forma de protestar, alarmar e cobrar mudanças para reverter o preocupante cenário de degradação da natureza promovido pela sociedade (MARTINEZ; GARCIA, 2016b, p. 226, grifos nossos).

Neste parágrafo, os autores tratam do surgimento, nas décadas de 1960 e 1970, de movimentos ambientalistas que lutam para reverter a situação de degradação da natureza, informação que também pode ser encontrada em Tres (2006), respaldando tais afirmações. Como se percebe, tais movimentos são tratados de modo positivo, como organizações da sociedade civil que estão preocupadas com a intensificação dos problemas ambientais. Ora, se essas situações que estão degenerando o meio ambiente prejudicam as pessoas, logo, os movimentos, ao realizarem protestos, cobram melhorias

no tratamento dos problemas ambientais, o que por consequência beneficiará a humanidade como um todo. Sendo assim, é possível inferir que os movimentos ambientalistas são colocados positivamente pelos autores como defensores da sociedade e da natureza.

Tais movimentos ambientalistas/ecológicos chegaram ao Brasil na década de 1970, sendo que as preocupações com essa questão vinham por parte do Estado brasileiro, visando investimentos estrangeiros que colocavam como condição que se seguissem medidas de preservação ambiental, também pelo movimento social gaúcho e fluminense, além dos exilados políticos que retornaram no final da referida década (TRES, 2006). Diante disso, lança-se um apontamento acerca da importância desta informação para o presente trabalho.

Os movimentos ambientalistas/ecológicos surgiram, no Brasil, mais ou menos uma década depois que nos países europeus e nos Estados Unidos. Sendo assim, é possível observar a partir das informações do parágrafo anterior que os movimentos surgidos em território nacional receberam influências de órgãos internacionais, como no caso daqueles que planejavam investir no país, além de que é possível inferir que os exilados políticos que retornaram tiveram contatos com debates ambientalistas no período em que estiveram fora do país, contribuindo para que se engajassem na luta. Diante disso, o que se observa é uma decisiva contribuição estrangeira para a formação dos movimentos ambientalistas/ecológicos em território nacional. Ademais, é perceptível que os autores da coleção priorizam a atuação de movimentos estrangeiros em protestos nacionais, dando destaque a eles através de imagens presentes no capítulo 9 do volume 3, como pode ser observado abaixo.

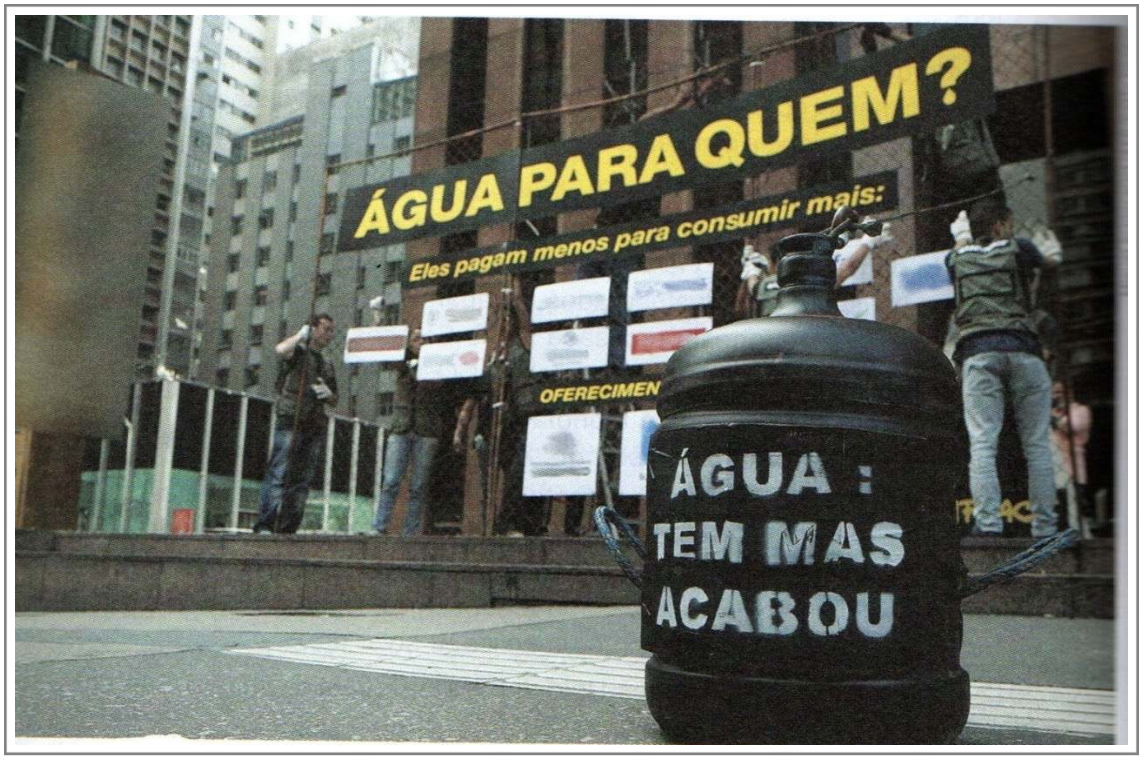


Figura 3: Reivindicação do Greenpeace por melhores políticas públicas em relação à água em São Paulo-SP no ano de 2015
Fonte: MARTINEZ; GARCIA, 2016b, p. 228.



Figura 4: Campanha ecológica realizada pelo WWF (Fundo Mundial para a Natureza) em defesa das florestas, na cidade de Brasília-DF, em 2011
Fonte: MARTINEZ; GARCIA, 2016b, p. 232.

Levando-se em conta todos os movimentos selecionados para esta discussão, as imagens de ações das organizações internacionais demonstradas pelas figuras 3 e 4 compõem a maioria dentre as poucas representações imagéticas de movimentos sociais apresentadas na coleção, o que demonstra, no que tange às imagens, certa estrangerização na representação desses movimentos, ou seja, o que se observa é um silenciamento dos outros movimentos socioespaciais brasileiros, enquanto houve um enfoque aos movimentos estrangeiros, sobretudo, no que se refere aos movimentos ambientalistas/ecológicos, pois não é dada a mesma visibilidade aos movimentos nacionais em seu trabalho pelo cumprimento dos direitos de populações prejudicadas em nosso país.

Diante disso, faz-se uma provocação: por que essa valorização dos movimentos ambientalistas estrangeiros, enquanto há uma quase omissão dos movimentos sociais brasileiros? É preciso apontar caminhos que lancem luz a este questionamento e ajude a resolvê-lo.

Além das manifestações, a logomarca do Greenpeace também é destacada no referido capítulo ao lado de outras, mais especificamente, do SOS Mata Atlântica e do Projeto TAMAR que, por sua vez, são movimentos nacionais, mas que são apenas ilustrados, diferente dos outros dois em que, além da menção, têm suas ações salientadas no livro. Diante do apresentado, entende-se que o destaque dado a tais movimentos na coleção está relacionado ao fato das ações dos ambientalistas estarem ligadas a órgãos internacionais, numa posição, de certa forma, menos controversa que os demais, ou seja, aqueles que lutam por terra, teto e pelos direitos dos atingidos. As duas imagens acima, por exemplo, estão reproduzindo mobilizações de órgãos internacionais, mais especificamente do GREENPEACE e do WWF, com isso, percebe-se uma evidente ligação da questão à movimentos socioespaciais estrangeiros.

Há um aspecto curioso com relação aos movimentos ecológicos que pode ser percebido na coleção didática analisada. Geralmente, os movimentos socioespaciais populares, como os de luta pela terra, por exemplo, estão em constante confronto com os governantes, com a classe burguesa, com as instituições de poder, enfim, pelo menos no que diz respeito ao Brasil, como é enfatizado no artigo de Suave, Faermann e Dos Santos (2021). Esta característica fica evidente quando dissertam:

> Assim, podemos analisar que a violência e a criminalização dos movimentos sociais são traços constitutivos da história brasileira, mecanismos da Ditadura Militar que permanecem sendo utilizados pelas instituições da repressão burguesa aos trabalhadores que se organizam para lutar e reivindicar seus

> direitos na chamada "democracia" (SUAVE; FAERMANN; DOS SANTOS, 2021, p. 208).

Na contramão desta lógica, em determinado tópico da unidade 9, do volume 3 da coleção, quando se aborda as iniciativas globais para a reversão do quadro de degradação ambiental, os movimentos ecológicos são tratados como algo positivo para esse intento, como é o caso da descrição da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, em que: "A ideia de desenvolvimento sustentável passa a ser tomada como meta para conciliar o crescimento econômico, a justiça social e a conservação ambiental. Fortalecimento da consciência ambiental e dos **movimentos ecológicos**" (MARTINEZ; GARCIA, 2016b, p. 227, grifos nossos).

Diante disso, percebe-se que, com relação aos movimentos ambientalistas/ecológicos, fugiu-se um pouco do discurso de confronto que é feito quando se refere à luta entre os movimentos por moradia, por terra e dos atingidos por barragens e os órgãos de poder da sociedade capitalista. O fato de os movimentos ecológicos aparecerem de maneira positiva na pauta de conferências mundiais evidencia a importância que ganharam no debate internacional sobre o meio ambiente. Desta forma, os autores ressaltam o protagonismo da luta dos ambientalistas, como fizeram com os movimentos que reivindicam terra, quando mencionam a importância das famílias se organizarem em movimentos para que tenham seus direitos garantidos, como é o caso do MST, por exemplo. Todavia, destacar este protagonismo é exceção nas discussões feitas na coleção, vide o que aconteceu com os movimentos socioterritoriais por moradia e movimentos dos atingidos pelas barragens, que definitivamente não ganharam posição de protagonistas no livro didático, pois quando citaram questões caras às suas pautas suas lutas foram ignoradas.

Representação e livro didático: relações de força e silenciamentos

Para se compreender um pouco a representação dos movimentos sociais nos livros didáticos, é necessário destacar que o suporte teórico donde parte toda a abordagem conceitual – e as escolhas que se fazem – são as matrizes curriculares, construídas para servirem de referência aos sistemas de educação. Tendo em vista que, no Brasil, estas matrizes são organizadas sem a participação dos diversos agentes sociais, restringindo-se ao governo e a pequenos grupos ligados aos setores empresariais da

Educação, não é de se estranhar que os movimentos populares pela terra, teto e direitos dos atingidos por barragens sejam invisibilizados na coleção analisada.

Sendo o livro didático o principal material pedagógico utilizado pelos professores no desenvolvimento das aulas, entende-se que ele pode influenciar tanto o trabalho docente, quanto a determinação de quais conteúdos e informações serão veiculados em sala de aula, incidindo diretamente na qualidade da formação dos alunos. No Brasil o livro didático é um importante recurso didático.

> Como recurso didático, o livro é um material que pode contribuir de forma efetiva em sala de aula, dando suporte a docentes e discentes, como facilitador do processo de ensino-aprendizagem. É possível afirmar que o livro didático é a estratégia mais usada no Brasil, sobretudo pelo seu contexto de precarização da educação, no qual grande parte das escolas funcionam com recursos mínimos, muitas vezes apenas o livro didático. [...] (BARBOSA, VIANA, CUNHA e COSTA, 2021, p. 101)

Neste sentido, este recurso tem o poder de difundir questões de ordem social, política, econômica e cultural a uma ampla parcela da população escolar nos diversos territórios do país, desde os grandes centros até as zonas mais periféricas e rurais (VITIELLO; CACETE, 2017).

Compreendendo que a disciplina de Geografia tem um importante cunho crítico-social, pode-se entender o porquê das escolhas que são feitas no livro didático. Para Choppin (2008, p. 13), "o manual escolar constitui, assim, um precioso indicador das relações de força que estabelecem, em um dado momento e em uma determinada sociedade, os diversos atores do sistema educativo [...]". Assim, fica evidente que a opção em realçar determinados movimentos e subjazer outros é uma opção político-ideológica, que é legitimada pelos programas curriculares que são seguidos pelo mercado editorial de didáticos.

O poder de controlar a produção dos materiais didáticos é exercido, em primeira instância, pelo Ministério da Educação (MEC), órgão responsável pela política do livro didático. Dentro da logística de compra e distribuição dos livros pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o MEC realiza a avaliação pedagógica do material que será distribuído às escolas do país. Para isto, estabelece critérios avaliativos de ordem conceitual, informacional e procedimental, os quais as obras deverão respeitar. Atualmente, esta avaliação é coordenada pela Secretaria de Educação Básica (SEB).

Para que o livro didático chegue às escolas, é necessário passar por este processo sistemático de avaliação iniciado em 1996 e que se firma nas exigências constantes nos editais do PNLD, que são os documentos oficiais, ao lado dos programas curriculares,

utilizados pelas editoras na produção de suas obras. Deste modo, tais documentos são a referência para que autores e editoras selecionem os conhecimentos que deverão compor os livros didáticos (LIMA, 2015), obtendo, assim, sua fatia de lucro no segundo maior programa de didáticos do mundo.

Para Lima (2015), sendo o livro didático uma produção regulada pelo Estado e oriunda de diversas disputas em torno de seu conteúdo, "ao serem utilizados como meio de realização do currículo, os livros didáticos reproduzem, sem que os alunos tenham sempre consciência, o modo de pensar de uma determinada camada da sociedade" (LIMA, 2015, p. 65). Ainda sobre currículo e livro didático, tem se que,

> Diretamente ligado ao currículo, o livro, como recurso didático, está relacionado com as determinações de um Estado-nação acerca dos saberes considerados legítimos e passíveis de serem ensinados em todo sistema escolar público. Seu potencial vai além de didático e pedagógico, já que, através da seleção de conteúdos a apresentação dos mesmos, as imagens e as representações ali contidas, o livro didático acaba por traduzir o currículo escolar oficial de um país, trazendo narrativas sobre determinados tipos de sociedade, práticas culturais e cidadania. (BARBOSA, VIANA, CUNHA e COSTA, 2021, p. 103)

A partir do conhecimento de que o currículo é moldado segundo interesses alheios aos da comunidade escolar e de que a determinação dos conteúdos que compõem os livros didáticos parte de esferas superiores às instituições escolares, pode-se compreender que a relação currículo/livro didático é permeada por fatores de cunho político, ideológico e mercadológico, o que explica a sobreposição de determinados movimentos sociais em relação a outros.

De acordo com Aguiar Jr. (2006, p. 3),

> o currículo [...] é definido e redefinido em cenário conflituoso de interesses e pressões diversos em que se redefinem os conteúdos da ciência escolar e os modos como esta se apresenta aos estudantes. O livro mercadoria não poderia ser refratário a essas mudanças, sendo ao mesmo tempo agente e objeto de tais deslocamentos.

Neste sentido, a pouca expressividade dos movimentos socioterritoriais na coleção pesquisada explica-se a partir dos interesses e pressões exercidas sobre a determinação dos conteúdos e práticas que tomarão lugar na sala de aula. Esse jogo de forças controla e subjuga justamente as camadas mais populares da sociedade que frequentam a escola pública, refletindo diretamente na qualidade da educação ofertada ao público alvo dos materiais didáticos distribuídos pelo governo federal.

Algumas considerações

Ao longo da história da educação brasileira a seleção de conteúdos e temas abordados no livro didático foi influenciada por diversos agentes sociais. Há uma disputa de todos os lados pelo conteúdo dos livros, não sendo privilégio apenas dos órgãos estatais responsáveis pela educação definir o que será ou não abordado no material. Em se tratando da questão curricular, sabe-se que este é um fator preponderante na manutenção do poder sobre aquilo que é ensinado/discutido nas escolas e que atende a interesses de diversas ordens e de diferentes grupos.

Entende-se ser necessário que o livro didático de Geografia – como também os demais – esteja conectado à realidade social dos estudantes. Particularmente no caso das questões que aqui se discutem, é também urgente que este recurso amplie e dê visibilidade à luta dos diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais, problematizando os fatores que motivam suas reivindicações, como a negação dos direitos à terra e à moradia. Uma primeira via de possibilidade a esta questão é a iniciativa da esfera responsável pela política pública do livro didático, no caso, o MEC. O órgão, durante o processo de seleção do material didático, precisa considerar, em seus critérios de avaliação, a representatividade da participação dos diversos movimentos sociais na luta pelos direitos constitucionalmente instituídos.

Não se pode esquecer de que o livro didático é um reflexo de seu tempo. Nele está espelhada a sociedade e seus valores. Neste sentido, o livro didático de Geografia analisado reflete a forma como os movimentos socioespaciais e socioterritorais são vistos por determinados grupos sociais e políticos que os entendem como uma ameaça à ordem estabelecida. Neste aspecto, independentemente do conteúdo do livro, torna-se importante que a mediação didática realizada pelo professor ou professora rompa a barreira do preconceito e da invisibilidade e promova o diálogo crítico e reflexivo a respeito da presença destes movimentos e da estrutura social no qual estão inseridos.

Os movimentos socioterritoriais de luta pela terra e por moradia, além daqueles que lutam pelos direitos dos atingidos por barragens, são essenciais no debate público desse país que convive há tempos com a desigualdade social, com a concentração de terras, com a má distribuição de renda e com políticas neoliberais, como por exemplo, privatização, reformas trabalhistas e da previdência que dificultam a vida da população mais vulnerável do Brasil. Sendo assim, tais movimentos, nessa conjuntura, assumem relevância central na defesa dos direitos daqueles os quais o sistema negligencia com

frequência; é importante que a Geografia como ciência humana lance luz às questões que pautam o trabalho desses movimentos e os represente como agentes de resistência e transformação social e espacial, não apenas com menções isoladas mas dentro do contexto das discussões promovidas em sala de aula, nesse caso, pelo livro didático.

No tocante aos movimentos ambientalistas/ecológicos, é pertinente trazer à tona movimentos nacionais para se refletir as questões ambientais brasileiras, sem deixar de levar em consideração os problemas do mundo, mas "estrangeirizar" o debate não é o mais adequado, sobretudo, se levar em consideração a circunstância adversa enfrentada pelo meio ambiente brasileiro, a falta de responsabilidade dos poderes públicos e a necessidade crescente de construir uma consciência ambiental na população. Sabendo disso, vê-se a educação como a melhor via para se propagar debates e noções que contribuam para o desenvolvimento dessa consciência. Entende-se como inviável tratar desse assunto, tentar (re)produzir um discurso de sustentabilidade e não refletir os conflitos e a luta ambientalista do país.

Portanto, é importante que se façam pesquisas e põe-se em pautas discussões como esta, a fim de trazer à tona a importância de entender os conflitos sociais, ambientais, espaciais e territoriais deste país, uma educação que discuta esse assunto crítica, autônoma e reflexivamente contribua para a formação de cidadãos cientes de sua realidade e empáticos a causas importantes, o que, consequentemente, contribuirá para a construção de um Brasil mais equânime, sustentável e fraterno.

Referências Bibliográficas

AGUIAR JR., Orlando G. Professores, reformas curriculares e livros didáticos de ciências: parâmetros para produção e avaliação do livro didático. In: Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, 10, 2006, Londrina. **Anais do Encontro e Pesquisa em Ensino de Física**. Londrina: SBF, 2006. Disponível em: <http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/epef/ix/atas/outros/junior.pdf> Acesso em: 13 dez. 2021.

BAHIA, Carolina Medeiros; RIBEIRO, Joana. **Os desastres ambientais brasileiros e a pandemia da Covid-19 como despojos para as novas gerações**: a categoria jurídica da fraternidade como renascimento. Editora Asces, 2020. Disponível em: <http://repositorio.asces.edu.br/handle/123456789/2603>. Acesso em: 16 set. 2021.

BARBOSA, Leticia. VIANA, Magna Melo; CUNHA, Ana Luiza Salgado e COSTA, Glauber Barros Alves, O livro didático de Geografia: representação da mulher negra e indígena. In: ALMEIDA, R. S; SANTOS, E. de O. e OLIVEIRA, M. F; FECHINE, J. A. L. **Debates em Geografia:** perspectivas para estudos e pesquisas, Arapiraca: EDUNEAL, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. E**dital de convocação 01/2018 – CGPLI.** Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CASTRO, Fabiola L. GUIMARÃES, Guilherme, COSTA, Glauber Barros Alves. Os estereótipos e representações da região Nordeste no livro didático de Geografia. **Revista Ensino de Geografia** (Recife) V. 5, No . 2, 2022.

CHOPPIN, Alain. Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. Tradução: Fernanda B. Busnello; Revisão: Maria Helena Camara Bastos. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, jan./abr. 2008. Disponível em: <http// fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 29 out. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Autores Associados, 2005.

LIMA, Fabrício Wantoil; RODRIGUES, Leonardo Lopes; SANTOS, Cinthya Amaral. Rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho e seus impactos socioambientais. **Raízes no Direito**, v.8, n.1, p. 105-122, 2019. Disponível em: <http://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/3843/2675>. Acesso em: 21 jun. de 2021.

LIMA, Hérica Karina Cavalcanti de**. A formação do professor de português e o livro didático**: reflexões sobre documentos, discursos e práticas. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015. 354 f.

MARTINEZ, Rogério; GARCIA, Wanessa. **Coleção #Contato Geografia**, 2º ano. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016a.

MARTINEZ, Rogério; GARCIA, Wanessa. **Coleção #Contato Geografia**, 3º ano. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016b.

SUAVE, Angela Michele; FAERMANN, Lindamar Alves; DOS SANTOS, Katia Hale. Movimentos sociais, conservadorismo e conjuntura brasileira: delineamentos de uma análise crítica. **Serviço Social em Revista**, v. 24, n. 1, p. 193-213. 2021.

TRES, Lairton. A resistência como práxis dos movimentos ambientalistas e ecológicos. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89410107.pdf>. Acesso em: 27 de dez. 2021.

VITIELLO, Márcio Abondanza; CACETE, Núria Hanglei. Reflexões sobre as ações do estado e do mercado na produção de livros didáticos de Geografia no Brasil. In: MORETTO, Milena (Org.). **O livro didático na educação básica:** múltiplos olhares. (Série Estudos Reunidos, Volume 32). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

Recebido em 30 de dezembro de 2021.

Aceito para publicação em 09 de setembro de 2022.